



il

ATA Nº3

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE BORBA

REALIZADA NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2013

----- Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 21h, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Período Antes da Ordem do dia-----

PONTO UM PONTO UM: Leitura do Expediente-----

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

PONTO DOIS: Período para intervenção do público-----

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia-----

PONTO TRÊS PONTO UM Análise, tendo em vista a aprovação, do projeto de Regimento da Assembleia Municipal, face às alterações introduzidas pela Lei 75/2013 do 12 de Setembro.-----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Documentos Previsionais-----

a) a) Proposta de Orçamento para o ano de 2014-----

b) b) Proposta de Grandes Opções do Plano para 2014-2017.-----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2014-----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta da Autorização de Contratação de Empréstimo Bancário de Curto Prazo para o ano de 2014-----



PONTO TRÊS PONTO CINCO: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para a delegação na Câmara Municipal das competências previstas na alínea K) do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para "Aluguer de 1 Equipamento Multifunções a Cores por 45 meses".-----

PONTO TRÊS PONTO SETE: Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira-----

-----Tendo presente o nº 1 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro lavra-se a presente ata: -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos Membros:-----

-----Verificou-se a presença dos seguintes membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Jesus da Conceição Pires Lopes; Joaquim Manuel Ganito Trincheiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Miguel Cordeiro Geadas Letras; João Pedro Velez Paulo; Françoise de Cortes Emery; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João António Ameixa Morgado.-----

Verificou-se a ausência dos membros: Pedro Manuel Alpalhão Bilro, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº1**) e foi substituído pelo senhor Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo; Francisco José Ramalho Mendes, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº2**) e foi substituído pelo senhor Jesus da Conceição Pires Lopes; Pedro Manuel Lopes Grego, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº3**) e foi substituído pela senhora Françoise de Cortes Emery.-----



WJ

-----Seguidamente pediu ao Senhores deputados Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo, Jesus da Conceição Pires Lopes e François de Cortes Emery que procedessem à tomada de posse.-----

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia-----

----- **PONTO UM PONTO UM:** Leitura do Expediente-----

-----**O 2º Secretário da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes e informou, que o que havia de mais relevante a assinalar, era um ofício recebido da Santa Casa da Misericórdia de Borba, o qual pedia a Revisão da Tabela de Taxas.-----

-----De seguida informou que como habitualmente, as pastas da correspondência estavam presentes para quem as quisesse consultar. -----

-----Foi solicitado a leitura do ofício, por alguns deputados, onde era pedido a Revisão da Tabela de Taxas, o qual se transcreve. -----

-----“Exmo. Sr. Presidente -----

A Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba vem desta forma, solicitar a V.Exas, a apreciação do tema em epígrafe. -----

Gostaríamos de informar V.Exas. que na passada Campanha Eleitoral, este tema foi debatido por esta Instituição, com todas as forças políticas do Concelho. -----

-----Gostaríamos também de informar V.Exas. que a Mesa da Santa Casa, não pretende deixar de pagar a água, mas sim, pretende que a questão das taxas seja tratada com a devida equidade. -----

-----Dizemos isto, porque não estamos a reclamar para nenhuma pessoa a título individual, mas sim, para uma Instituição que têm seiscentos e cinquenta utentes e cento e cinquenta e três trabalhadores. Como bem sabe, somos o amparo dos mais novos e dos mais velhos, e somos a guarida dos mais desfavorecidos e dos mais desprotegidos.-----

-----Dizer-lhe também que, se temos uma boa condição económica, é porque as Mesas Administrativas que têm gerido os destinos desta Instituição de forma totalmente



voluntária, têm sido competentes e responsáveis. -----
Sr. Presidente de forma a sermos mais práticos e eficientes, entregámos um dossier com os exemplos de outros concelhos. -----
A Mesa Administrativa". -----

----- **PONTO UM PONTO DOIS:** Outros assuntos, de interesse para a Autarquia.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** propôs aos senhores deputados, que cada grupo municipal elegeisse um "dirigente" e respetivo substituto, fazendo posteriormente chegar a "lista" à Mesa, bem como os seguintes dados: endereço, "emails" e número de telefone dos membros que a compõem.-----

-----Seguidamente solicitou ainda, que cada grupo municipal elegeisse um representante para apoiar a mesa em assuntos "inter-sessões". Tendo acrescentado que seria "um grupo permanente de apoio, para ajudar nas dificuldades que provavelmente vão surgir".-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** desejou boa noite a todos os presentes, apresentou a moção – "Não ao encerramento da Repartição de Finanças em Borba", (que se arquiva em pasta anexa como doc. nº4), e solicitou à mesa que a mesma fosse colocada à discussão e posteriormente à votação.-----

-----**O deputado João Pedro** desejou boa noite a todos os presentes, e disse que a CDU – Coligação Democrática Unitária, ia votar a favor da moção, apesar de não concordar com o primeiro parágrafo, onde faziam referência à *TROIKA*.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** colocou a Moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com **dezassete votos a favor** (eleitos do MUB - Movimento Unidos por Borba, PS – Partido Socialista; CDU) e **duas abstenções** (eleitos do PSD – Partido Social Democrata).-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** voltou a solicitar que fizessem chegar á mesa da Assembleia Municipal a composição dos grupos municipais e o respetivo representante, para ajudar a mesa nos assuntos inter-sessões.-----



nil

-----**O deputado João Pedro** perguntou ao presidente da Assembleia Municipal "... quando se refere a grupos municipais, está-se a referir a forças políticas?".-----

-----**O deputado João Pedro**, perante a anuência do senhor presidente da mesa da Assembleia, disse que relativamente à CDU e ao PSD seria "um bocadinho difícil", pelo facto de serem só dois deputados, e de nem sempre estar presente "o mesmo membro, ..., nas sessões". Todavia, referiu considerar ser possível indicar uma pessoa para colaborar, discutir e participar no grupo de preparação e discussão dos assuntos que interessam a Borba.-----

-----Relativamente à questão da eleição de um presidente e respectivo substituto, referiu parecer-lhe inviável devido à representação da sua força política em Assembleia ser "*pequena*" (dois deputados).-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** disse estarem os deputados do PSD sempre disponíveis para colaborar com a mesa da Assembleia. Tendo no seguimento, em concordância com a intervenção do deputado João Pedro ("Ta! como disse o João, e bem ..."), acrescentado não lhe parecer necessário indicar um presidente e um substituto, pois estavam sempre disponíveis para colaborar com a Mesa em prol do bem de Borba. -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** agradeceu e disse estar a referir-se ao aspeto formal.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que o grupo do PS teria de reunir para decidir, fazendo chegar posteriormente esses dados à mesa da Assembleia.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** informou todos os presentes, da sua participação e do deputado Rui Franco, na reunião da Assembleia Intermunicipal (CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central), naquele mesmo dia, e passou a explicar que dos sete pontos agendados, somente três tinham sido discutidos, por não ter existido acordo em relação à lista de constituição da mesa que devia ter sido apresentada.-----

-----No seguimento referiu terem os estatutos sofrido grandes alterações, em consequência da entrada em vigor da Lei 75/2013, de 12 setembro. -----



-----Por último disse estarem a pensar que, em breve, talvez dentro de um mês, ou menos, seria possível apresentar àquela Assembleia a nova constituição da Mesa da CIMAC.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse que tinha chegado, naquele dia, à secretaria da Assembleia Municipal o documento final da DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, relativamente ao PAEL - Programa de Apoio à Economia Local.-----

Tendo seguidamente, o referido documento, sido distribuído, por todos os deputados.-----

-----**O deputado João Pedro** disse "... obviamente que a CDU também está sempre ao dispor da Assembleia Municipal, para trabalhar, para colaborar e para aquilo que acharem que nós somos úteis". No seguimento perguntou ao senhor presidente da Assembleia, qual era o horário de atendimento do gabinete da Assembleia Municipal, pois já tinha olhado para a porta, e para o cartaz aí afixado, e não se recordava de ter visto o referido horário de atendimento.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** respondeu ao deputado João Pedro estar o dia e horário de atendimento ao público afixado na porta da Assembleia Municipal.-----

----- **PONTO DOIS:** Período para intervenção do público-----

-----**O senhor Faia** solicitou um poste de luz, iluminação de presença, junto à sua moradia, o qual, há muito, lhe tinha sido prometido.-----

-----**O senhor Rui Bacalhau** desejou boa noite a todos os presentes e disse que a sua intervenção tinha como base três perguntas, mas com alguma introdução, PAEL, Contas e Assunto da Santa Casa da Misericórdia de Borba, assumindo nesta última questão a função de vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Borba.-----

-----Disse ser o PAEL, a solução encontrada pelo governo, para o Estado disponibilizar dinheiro para as várias Câmaras falidas e resolver a falta de liquidez de muitas empresas de construção. No seguimento explicou que o PAEL era constituído por dois programas: programa I e programa II. Assim, passou a explicar que o programa I do PAEL, programa onde segundo referiu se encontra enquadrada a Câmara Municipal de Borba, se destinava



nl

a municípios "... em situação de desequilíbrio ou de reequilíbrio financeiro, e se encontram em situação de desequilíbrio estrutural", frisou estar a Câmara Municipal de Borba no momento de adesão ao PAEL em situação de desequilíbrio financeiro e estrutural. -----

-----Realçou, que o PAEL tinha sido bom para as empresas que tinham ganho liquidez nos bancos e para as Câmaras Municipais que tinham aderido, porque a taxa de juro era mais baixa, mas em contrapartida, tinha sido pior para os munícipes, porque durante cinco anos iriam pagar, IRS, IMI, IMT e outras taxas, na tarifa máxima. Salientou que durante os vinte anos em que decorrerá o PAEL, a Câmara de Borba será controlada pelo Tribunal de Contas e pela DGAL. Disse, ter em Borba a "TROIKA local".-----

-----Referiu terem existido causas para se ter chegado a esta situação e disse, "têm que haver responsáveis". Frisou que além das taxas máximas dos impostos, os munícipes de Borba "... pagam, ainda, as mais altas taxas de água do país". Reforçou que "... as responsabilidades não podem morrer solteiras." -----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** (interrompendo) ... pediu ao público, para não se manifestar. -----

-----**O Senhor Rui Bacalhau** (continuando) ... disse " ... ao longo de muitos anos, o ex-presidente da Câmara, dizia sempre, eu tenho a vertente política, a vertente técnica é do chefe dos serviços administrativos." Tendo de seguida perguntado ao chefe de divisão António Passinhas; "*O senhor, ao longo destes anos, alertou o ex. presidente da Câmara para o caos para onde estavam a caminhar todos os borbenses? Sim, ou não? Se o senhor alertou! Cumpriu o seu dever como técnico! Se o senhor não alertou! Não cumpriu o seu dever como técnico*".-----

-----Relativamente às contas disse, que o otimismo espelhado no documento das Grandes Opções do Plano não era compartilhado pelos borbenses, os quais se encontravam "aflitos" e em "depressão". Perguntou ao chefe de divisão, "*Qual é o passivo da Câmara Municipal de Borba neste momento, e se há dívidas ao Estado?*"-----

-----Realçou ser "... muito mau sinal, as vinte e duas notas de alteração entre o orçamento



e o PAEL - Programa de Apoio à Economia Local. Não é muito bom sinal, num ano, meter-se vinte e duas notas de alterações num programa!"-----

-----Afirmou " Aceito que um novo deputado tenha desconhecimento do PAEL! Mas não aceito que ex-deputados tenham desconhecimento, e esses omitiram á população de Borba que vão pagar mais IMI; IRS; IMT e mais taxas ".-----

-----A corroborar o que tinha dito no início da sua intervenção, disse que a Câmara de Borba no ano de dois mil e onze tinha pago à empresa "Construtora Lena ", 136.000,00€ (cento e trinta e seis mil euros) em juros de mora.-----

-----De seguida disse ir falar a partir daquele momento, como vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Borba. Assim, disse que a discussão das tarifas e taxas, entre a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal, já se arrasta a alguns anos. No seguimento explicou, ter a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba efectuado uma exposição escrita sobre esse mesmo assunto que entregou ao atual executivo da Câmara Municipal e ao presidente da Assembleia Municipal, para que pudessem ter conhecimento do que se estava a passar. Continuou dizendo que a sugestão apresentada, na exposição antes mencionada, ia no sentido de que a água consumida pela Santa Casa da Misericórdia de Borba fosse paga pelo escalão mínimo, primeiro escalão. À semelhança do que acontece, segundo referiu, em outras autarquias. -----

-----Em relação às taxas urbanísticas aplicadas no município disse que, a Santa Casa da Misericórdia de Borba, por uma obra orçamentada num 1.000.000,00 (milhão de euros), teve de pagar uma licença de construção no montante de 20.000,00 (vinte mil euros). Situação que lhe permitia inferir que os valores das taxas e tarifas aplicadas no município "*não reativa, nem ativa*", a atividade económica do concelho.-----

-----**A senhora Susana** desejou boa noite a todos, e disse não ter a Alcarviça um único ecoponto, sendo por esse facto, no seu entender, importante resolver essa situação.-----

-----**O senhor Celso Ramalho**, desejou boa noite a todos os presentes, e disse que devido ao PAEL os borbenses tinham melhores equipamentos sociais e acessibilidades, do que há



nl

uns anos atrás. Tendo referido que, pelo facto de ter ocupado nos últimos quatro anos o lugar de deputado municipal, assumia o aumento das taxas decorrentes das obras realizadas pelo executivo do PS, e reiterou que, na sua opinião, os borbenses viviam melhor que há uns anos atrás. Realçando, de seguida, ter sido necessário investimento, para que os equipamentos e acessibilidades fossem implantadas no concelho.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** desejou boa noite a todos os presentes, e disse que já tinham sido corrigidas algumas das situações relacionadas com a poupança energética, e que iriam tentar resolver outras, em colaboração com as respetivas Juntas de Freguesia. Neste caso com a Junta da Orada. Explicou que, quando eram desligados os postes de eletricidade, não era necessário efetuar qualquer pagamento, mas que a reactivação dos mesmos tinha um custo.-----

-----Em relação aos Ecopontos referiu que a questão seria possivelmente resolvida dentro de um mês e a questão da iluminação, em princípio, dentro de quinze dias.-----

-----Relativamente ao PAEL disse que, como sempre tinha dito, o facto de se ter de recorrer a esse programa era muito mau, mas que, como sempre defendeu, se tiver de se recorrer, que se recorra, com a noção clara de que ao se pedir um empréstimo se fica condicionado às regras do outro (entidade financiadora). De seguida referiu que, ao se pedir um empréstimo, se devia assumir perante as pessoas esse facto, e explicar o que aconteceu. Continuou dizendo "... *ninguém tem prazer, nenhum, em ter as taxas máximas*", e acrescentou que, quando as taxas poderem ser alteradas para valores mais reduzidos, serão alteradas.-----

-----Expressou a sua preocupação com aquela situação, referindo ter sido, na altura, a forma encontrada para resolver a situação do município.-----

-----No que respeita às perguntas pessoais efetuadas ao senhor chefe de divisão, o senhor presidente da Câmara, disse que, aquelas, não iriam ser respondidas. Tendo acrescentado assumir conjuntamente com o chefe de divisão a responsabilidade por, o mesmo, não responder às questões colocadas. No seguimento disse " ... *Eu sei o que herdei do passado,*



e o passado a mim serve-me como lição, mas sei o que quero do futuro, e o futuro é exatamente aquilo que eu herdei do passado, que não quero."-----

-----Relativamente à cobrança de taxas informou ter sido recentemente inaugurado o Centro de Deficientes Profundos, no Álamo (freguesia de Rio de Moinhos - Borba), em relação ao qual não tinha havido qualquer isenção de taxas, mas, sim, a atribuição de um subsídio, por parte da Câmara Municipal de Borba, à União das Misericórdias. Tendo no seguimento dito que sendo a Santa Casa da Misericórdia de Borba uma instituição de solidariedade social, igual a tantas outras, existentes no concelho, teria de se sujeitar a critérios objectivos e uniformes que pudessem vir a ser implementados, no futuro, por uma possível revisão de tabelas e taxas.-----

-----**O deputado João Morgado** desejou boa noite a todos os presentes, e disse ir intervir na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de Orada, para defender a sua honra. Assim, passou a informar, ter sido efectuado pela Junta de Freguesia de Orada um levantamento das situações em que era necessário intervir a nível de iluminação, o qual tinha sido entregue ao senhor presidente da Câmara dia seis de Novembro de dois mil e treze. Tendo, seguidamente, recordado ter a sua tomada de posse ocorrido dia dezoito de outubro de dois mil e treze.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse existir uma nítida vontade de trabalhar por parte dos presidentes das Junta de Freguesia desde o dia em que tomaram posse. Tendo no seguimento referido que aproveitava a oportunidade para agradecer, mais uma vez, desta vez em público, o empenho demonstrado pelos quatro presidentes de Junta de Freguesia. ---

-----Disse, que o pedido de reativação dos postes de iluminação, já tinha sido tratado com a EDP.-----

-----Realçou que os atuais presidente de Junta de Freguesia, independentemente da força política a que pertenciam, defendiam os interesses da população da sua freguesia.-----

-----**PONTO TRÊS:** Período da ordem do dia-----



raí

-----**PONTO TRÊS PONTO UM** Análise, tendo em vista a aprovação, do projeto de Regimento da Assembleia Municipal, face às alterações introduzidas pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse que a mesa da Assembleia tinha elaborado um projeto de Regimento da Assembleia Municipal, de acordo com a nova lei em vigor - lei 75/2013 de 12 de setembro, o qual colocava, desde já, à discussão.-----

-----Tendo, nesse mesmo momento, sido entregue à mesa da Assembleia Municipal um requerimento elaborado pelos eleitos do PS, (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº 5 (cinco)**), do qual constava o seguinte: -----

“Exmo. Senhor -----

-----*Presidente da Assembleia Municipal* -----

-----*O grupo do partido socialista solicita à Assembleia Municipal que o ponto 3.1 – “Análise, tendo em vista a aprovação, do projeto de Regimento da Assembleia Municipal, face às alterações introduzidas pela Lei 75/2013 de 13 de setembro”, seja alterado e que a sua aprovação, transite para a ordem de trabalhos da próxima sessão ordinária.* -----

-----**O deputado Paulo Ferreira** citou o ponto da ordem de trabalhos em discussão e disse que na opinião do PSD seria mais útil para todos os borbenses, que fosse criada uma comissão de trabalho, a ser dirigida pelo senhor presidente da Assembleia, de preferência constituída por representantes das diversas forças políticas representadas naquela Assembleia, de forma a, que pudessem entre todos discutir o assunto e, na próxima Assembleia colocar o documento final à votação.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** dirigindo-se ao senhor vereador Jerónimo Cavaco, ex-presidente da Assembleia Municipal, disse ter a actual mesa da Assembleia Municipal decidido elaborar aquele projeto de regimento de acordo com a lei em vigor, por não ter encontrado o projeto de regimento que o senhor Jerónimo Cavaco, na qualidade de presidente da Assembleia Municipal, disse, segundo consta no ponto dois do ponto dois da ata de reunião da Assembleia Municipal, datada de nove de Setembro de dois mil e treze,



deixar sobre a secretaria do gabinete da Assembleia Municipal.-----

-----**O vereador Jerónimo Cavaco** desejou boa noite a todos os presentes e disse que, estava escrito em ata, e tinha sido discutido em diversas Assembleias Municipais, a questão do novo regimento. Tendo de seguida informado que, o regimento sobre o qual tinham falado, era um projeto que tinha por base a nova lei, que foi publicada em setembro, e pela qual tinham aguardado para que o projeto de regimento ficasse completo. Salientou que o referido projeto de regimento existia, e disponibilizou-se a, no seu tempo livre, participar na elaboração do novo projeto de regimento.-----

-----Relativamente ao regimento da Assembleia Municipal "... como a mesa da Assembleia Municipal diz no preâmbulo... é um instrumento essencial, para o regular funcionamento da Assembleia Municipal, tendo em conta também, ... a sua complexidade, porque tem que obrigatoriamente ... conter ... uma articulação muito complexa com as diversas leis em vigor, ... eu acho, que o regimento da Assembleia Municipal deve procurar ser o mais unânime possível. Tendo em conta que o mesmo, que nos apresenta, é extenso e completo, e tendo em conta o pouco tempo que mediou, entre a sua apresentação, e aquilo que é este público,, aquilo que o partido Socialista propõe, é também a minha opinião, e vem um bocadinho ao ... daquilo que o Partido Social Democrata, o Paulo Ferreira apresentou, que seria bom que pudéssemos complementar o regimento, nas partes onde acho que poderia vir a ser complementado". Acrescentou, que aquele complemento poderia passar, por aquilo, que tinha sido proposto em anteriores Assembleias, que era a questão do envio da publicidade das sessões e das convocatórias via internet. Através da utilização de uma plataforma, que os serviços Câmara "*terão pronta*" e à qual todos os membros da Assembleia Municipal poderão aceder, via *site* da Câmara Municipal, através da utilização de um *LOGIN* e de uma *PASSWORD*.-----

-----Salientou ter lido com muita atenção aquele projeto de regimento, o qual continha pequenas imprecisões, que poderiam e seriam facilmente corrigidas.-----

-----Terminou a sua intervenção, referindo que segundo a sua opinião, aquele projeto de



nl

regimento deveria ser mais aprofundado, e poderia melhorar com as propostas das diferentes forças políticas, por conseguinte deveria ser discutido numa Assembleia ordinária de fevereiro. Reiterou, estar disponível para colaborar com a mesa, de forma, a que, aquele projeto de regimento fosse o mais abrangente possível.-----

-----**O deputado João Pedro** disse que aquele projeto de regimento transcrevia em grande parte a lei, e não concretizava efectivamente prazos e outras situações. Referiu ter em seu poder algumas propostas, mas naturalmente seria difícil naquele dia, procederem à votação do documento em causa. (Gravação não perceptível).-----

-----Realçou, que por se tratar de um documento tão importante da Assembleia Municipal, não se opunha à proposta apresentada pelo PS, de modo a transitar a votação do mesmo para uma próxima Assembleia.-----

-----Apresentou a disponibilidade dos deputados da CDU, relativamente à doação de contributos para a elaboração do referido documento e acrescentou que na opinião dos deputados da CDU, por tratar de um documento tão importante para o funcionamento da Assembleia, seria *"mais sensato"*, alargar o prazo de discussão do regimento.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** recordou ter falado no início da Assembleia em grupos municipais e comissões permanentes, precisamente por causa de situações como aquela que estavam a tratar naquele momento. Salientando ser uma proposta de regimento o que estava em discussão.-----

-----**O deputado Augusto Guégués** desejou boa noite a todos, e disse *"O senhor ainda não aprendeu, digamos, como é que funcionam as Assembleias. Mas, vai aprendendo! Com o tempo, chega lá!"*.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** (interrompendo) ... *"O senhor está-se a dirigir à Assembleia em que qualidade?"* -----

-----**O deputado Augusto Guégués** (continuando) ... *"O senhor não me pode interromper ... Não me pode interromper, ..., por favor. ... Estou no uso da minha palavra. Ou o senhor me deixa falar, ou eu não falo"*.-----



-----**O presidente da Assembleia Municipal** (interrompendo) ... *“Só estou a perguntar em que qualidade, é que o senhor, se está a referir à mesa”*

-----**O deputado Augusto Guégués** (interrompendo) ... *“Na qualidade de membro desta Assembleia...”*.....

-----**O presidente da Assembleia Municipal** (continuando) ... *“O senhor, ... só se pode dirigir a esta Assembleia, em duas situações, ou para interpelar a mesa, ou para alteração do regimento”*.

-----**O deputado Augusto Guégués** (continuando) ... *“Já o fiz! Através de um requerimento. Deixa-me falar, ou não deixa. ... Um requerimento, quando chega á mesa, tem prioridade sobre todos os outros aspetos. ... o senhor ..., nunca fez caso do requerimento. O requerimento serve para evitar certo tipo de situações.”*

-----Continuando disse estar o presidente da Assembleia Municipal a querer impor àquela Assembleia, a aprovação daquele regimento, sem dar espaço a qualquer tipo de discussão.

-----Acrescentou ter o grupo do PS em seu poder um conjunto de propostas e sugestões de alteração, resultantes da análise do regimento, que apresentaria em tempo oportuno.....

-----Salientou começar o aprofundamento da democracia pela aceitação, naquela Assembleia Municipal, dos diferentes grupos parlamentares. Disse, que cada grupo que constituía a Assembleia Municipal tinha de ter a sua voz, mas que o senhor presidente da Assembleia se recusava a ouvir. Continuando, disse que com o tempo teria de ouvir, pois o PS estava ali para o alertar para determinado tipo de situações, nomeadamente para o que entendesse ser incorrecto, indevido e não fosse de encontro aos interesses da população.---

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse ao senhor deputado Augusto Guégués, que o que estavam a discutir era a análise de um projeto.

-----De seguida citou uma frase do filósofo Sir Karl Popper“... **não devemos ser sempre tolerantes, para quem é intolerante”**.....

-----**O deputado Ângelo de Sá** referiu que, segundo a sua opinião, por vezes existiam ali intervenções despropositadas e realçou a importância do respeito, de uns pelos outros, e



ial

esclareceu que ao se referir a respeito, estava a incluir não só os deputados municipais, mas, também, o público.-----

-----No seguimento solicitou ao senhor presidente da Assembleia para ponderar, a bem de Borba e do funcionamento daquela Assembleia Municipal, o adiamento da votação do regimento para uma próxima Assembleia. Acrescentou que, na sua opinião, não tinham que existir precipitações, uma vez que nos casos em que o anterior regimento não estivesse em consonância com a lei em vigor, a lei sobrepunha-se ao mesmo.-----

-----**O deputado António Prates** desejou boa noite a todos os presentes, e disse que as palavras dos eleitos do PS, relativamente ao Regimento, não tinham "*qualquer fundamento moral*", porque tinham sido eles a faltar ao que tinham prometido no passado dia nove de setembro de dois mil e treze. -----

-----Referiu concordar com o requerimento apresentado pelo PS, pois considerava útil ser o regimento discutido entre todas as forças políticas, de modo a se poder encontrar um consenso. Mas, realçou que, o que tinha falhado, ali, tinha sido "*a palavra de honra*" do anterior presidente da Assembleia Municipal. O qual tinha prometido deixar o regimento pronto, e não o tinha feito.-----

-----**O deputado João Letras** desejou boa noite a todos os presentes, e reforçou o que já tinha sido dito pelo seu colega de bancada.-----

-----Disse que um documento daquela importância teria muito mais valor e sentido democrático, se fosse discutido por um grupo de trabalho, onde todas as forças políticas pudessem dar o seu contributo. Assim, sugeriu a criação de um grupo de trabalho, no qual estivessem representadas todas as forças políticas representadas naquela Assembleia, e que o regimento em discussão fosse colocado a votação, numa próxima Assembleia.-----

-----**O deputado Joaquim Trincheiras** desejou boa noite a todos os presentes, e disse "... revejo-me perfeitamente nas palavras do João", e continuou dizendo que tal como todos estavam a ouvir, "... tirando-se os elementos do MUB... ", todos estavam de acordo em passar aquele ponto da ordem de trabalhos para a próxima Assembleia. Mas que,



independentemente disso, um requerimento ao ser apresentado à mesa da Assembleia tem de ser colocado à votação e não à discussão. -----

-----**O vereador Jerónimo Cavaco** disse não pretender prolongar aquela discussão, mas que pretendia dizer ao senhor deputado António Prates que possivelmente, não tinha ouvido a sua anterior intervenção com atenção. E, disse " A Assembleia Municipal tem um regimento em vigor. Ele existe, estético ou não, existe". Tendo de seguida passado a explicar que o que tinha sido discutido e preparado pela anterior mesa da Assembleia Municipal de Borba, tinha a ver com a possibilidade das Assembleias Municipais passarem a ser difundidas via internet, das convocatórias serem feitas por *mail*, ou pelas novas plataformas tecnológicas existentes, ao mesmo tempo que se poderia através da plataforma que foi desenvolvida pelos serviços informáticos da Câmara Municipal de Borba, que todos os atuais, anteriores e futuros membros da Assembleia Municipal de Borba pudessem aceder com um login e *password* à documentação. Acrescentou que a meio do ano de dois mil e treze se começou a falar da entrada em vigor de nova legislação, situação que ocorreu em a doze de Setembro desse mesmo ano. Todavia, nesse momento, segundo referiu, "*não seria de bom grado*" aprovar o regimento, pois desconheciam qual iria ser o resultado das eleições.-----

-----Informou ter manifestado ao do senhor presidente da Assembleia, "*... no dia em que fizemos ... a passagem de pasta*", a sua disponibilidade para tudo o que fosse necessário. Disse "*Não há aqui falta de promessa, absolutamente nenhuma, (...), não houve foi entendimento, entre a mesa da Assembleia e o anterior presidente, ..., da Assembleia Municipal, para que em conjunto pudéssemos fazer a passagem (...), mas já me disponibilizei (...) para em conjunto com a mesa e do grupo de trabalho que eventualmente venha a surgir, utilizar aquilo que seria a nossa base de trabalho. Discutir em conjunto convosco e encontrar um regimento que (...) fosse o mais unanime possível, o mais convergente possível, e regulasse de forma clara, aquilo que são as sessões de trabalho da Assembleia Municipal.*"-----



Handwritten signature in blue ink.

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse que a intenção da mesa da Assembleia, era que o documento fosse votado na generalidade, independentemente de á posteriori se constituírem grupos de trabalho para o discutir. Salientou "... isto não é o projeto final, isto é uma proposta".-----

-----De seguida colocou o requerimento, apresentado pelos eleitos do PS, á votação, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**.-----

-----**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Documentos Provisoriais-----

-----a) Proposta de Orçamento para o ano de 2014-----

-----b) Proposta de Grandes Opções do Plano para 2014-2017-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse que o orçamento da Câmara para o ano de dois mil e catorze era de 8.381.782,00€ (oito milhões, trezentos e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e dois euros). Explicou estarem englobados os 650.000,00€ (seiscentos e cinquenta mil euros) referentes à Escola, e os 40.000,00€ (quarenta mil euros) relativos à abertura da Porta do Castelo, que teriam de ser pagos durante o ano de dois mil e catorze.---

-----Salientou estar aquele orçamento de acordo com a lei.-----

-----De seguida enunciou alguns dos encargos do município ao longo do ano; Despesas com o Pessoal – 3.259.400,00€ (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos euros; Águas e Resíduos cerca de 1.000.000,00€ (um milhão de euros); empréstimos bancários (pagamento de juros) -1.250.000,00€ (um milhão, duzentos e cinquenta mil).-----

-----Frisou, que depois de todos os encargos pagos, o que sobrava era muito pouco. Adiantou, que com esse pouco que sobrava, iriam tentar fazer o melhor para a população de Borba.-----

-----Informou, já terem realizado uma pequena intervenção na avenida D. Dinis de Melo e Castro, mais concretamente, no local onde costumava irromper a água, quando chovia muito.-----



-----De seguida, enunciou algumas das obras que considerava prioritárias:-----

----- - Obra na avenida D. Dinis de Melo e Castro, mais precisamente, no local onde tinham feito a pequena intervenção antes referida, cujo custo estimado era na ordem dos 30.000,00€ (trinta mil euros) a 40.000.00€ (quarenta mil euros). Em cuja execução, iriam utilizar funcionários da autarquia.-----

----- -Implementação de um Parque Infantil no Barro Branco, e um outro, na Urbanização do Picadeiro.-----

-----Informou ser necessário a adquirir duas viaturas, para renovação do parque de máquinas do município.-----

-----Afirmou que aquele orçamento era real e iria permitir relançar Borba em termos de Economia, de Ação Social, de Cultura e de Desporto. Disse que todo o trabalho seria feito com muita clareza e contenção, pois a margem de manobra era pequena.-----

Reiterou os agradecimentos ao Chefe de Divisão, Dr. Passinhas, e à Dr.^a Ana, bem como a todos os funcionários, que ajudaram na elaboração daquele documento, por terem percebido no imediato o pretendido pelo executivo.-----

-----Relativamente ao trabalho a desenvolver nas Freguesias, disse estarem a fazer um levantamento das necessidades, para que em colaboração com as Juntas de Freguesias, pudessem articular a melhor forma de o desenvolver. No seguimento, adiantou que o município daria mão-de-obra ou matéria-prima, conforme fosse acordado entre as partes interessadas (Câmara / Junta de Freguesia).-----

-----**O deputado João Pedro** disse que na opinião da bancada da CDU aquele orçamento refletia a má gestão dos últimos doze anos, porque tinha, "*de grosso modo*", 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) de encargos com a banca, 800.000,00€ (oitocentos mil euros) com as Águas do Centro Alentejo, e 3.000.000,00€ (três milhões mil de euros), "e qualquer coisa", com o pessoal. Salientou que sobravam 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) para a gestão da Câmara. Tendo seguidamente acrescentado, que seria muito complicado gerir a Câmara com a verba que ficava disponível.-----



vid

-----Referindo o relatório da DEGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, disse “a autarquia terá de recorrer a valores transitados” para fazer fase à despesa, uma vez que o saldo da gerência anterior, deixa antever uma margem muito no exercício orçamental.-----

-----De seguida disse ser inevitável tecer algumas considerações sobre o PAEL e reforçou “... obviamente que o PAEL é mau”. O PAEL é um empréstimo que ronda os 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros), e irá pagar de juros 2.400.000,00€ (dois milhões e quatrocentos mil euros).-----

-----Referiu encontrar-se o concelho de Borba numa situação muito mais difícil que há doze anos atrás. Disse, “... tem equipamentos, (...) mas o desenvolvimento não se faz só com os equipamentos, (...) o poder local, (...) tem que ter em conta outros aspectos, (...) e aquilo que se fez nos últimos doze anos, não teve em conta (...) sobretudo as pessoas, (...) teve em conta muito betão, muita construção, (...) muita fachada, mas não teve em conta as pessoas, e as pessoas do concelho é a coisa mais importante que o concelho tem! Na nossa opinião, obviamente!”-----

-----Reforçou ter o PAEL resultado de uma má gestão, disse “... que hipoteca o futuro do nosso concelho, para os próximos vinte anos”. Tendo seguidamente referido que aquela Assembleia estava a aprovar um orçamento que previamente teve de ser aprovado por uma entidade externa, detentora de uma noção mais superficial das reais das necessidades do concelho, que os membros daquela Assembleia.-----

-----Relativamente ao orçamento disse que, na opinião da CDU, falta visão estratégica ao orçamento e ao Plano, designadamente, por inexistência de projectos com visão de futuro, relativamente a alguns problemas graves existentes no concelho. Afirmou não se vislumbrar nada no orçamento, que alterasse o “rumo” da gestão do concelho nos próximos anos, nomeadamente por não existir qualquer referência ao novo quadro comunitário de apoio, quando o mesmo poderia fazer face às principais lacunas do concelho.-----

-----De seguida salientou a falta de informação, relativamente a algumas situações, perguntando, nomeadamente, que será feito aos edifícios (escolas) que vão ficar vazios



(quando abrir o centro escolar)? Que será feito em relação à tabela de taxas (que representam um enorme problema para quem vive em Borba, e para quem se pretende instalar em Borba, não só particulares, mas, também, empresas)? Que será feito em relação ao edifício do Hospício? Que será feito em relação às Águas do Centro Alentejo (que todos os anos dão um prejuízo de cerca de 300.000,00€ (trezentos mil euros) à Câmara)? Que será feito em relação à gestão da zona industrial de Orada?-----

-----Terminou a análise dizendo, que aquele orçamento deveria prever uma maior utilização dos equipamentos existentes no concelho. -----

-----Por fim disse, que a CDU se iria abster, tendo em conta a difícil situação da Câmara e todos os condicionalismos existentes.-----

-----**O deputado Augusto Guégués** disse ao senhor presidente da Câmara que gostaria de ouvir a opinião dos senhores vereadores da oposição, sobre o ponto em discussão.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse ao senhor deputado João Pedro que os edifícios que iriam ficar libertos, inclusive as escolas, estão praticamente destinados, sendo posteriormente comunicado à Assembleia Municipal a sua utilidade futura.-----

-----Relativamente à Tabela de Taxas disse estar a ser criada uma equipa que, a partir de meados de janeiro, irá trabalhar sobre as mesmas, de forma correta. Informou, que irá ser pedido contributo a quem anteriormente formalizou a tabela de taxas, e afirmou que a tabela de taxas, as rendas do “mercado” e “uma série de coisas” irão ser corrigidas.-----

-----Disse ter tido duas reuniões com a empresa das Águas do Centro Alentejo, com o objectivo de “... saber o que é que nós podemos fazer para reduzir ...”.-----

-----Em relação à ETAR - estação de tratamento de águas residuais, de Rio de Moinhos, referiu que, no início de dois mil e catorze, iria ter uma reunião com as pessoas interessadas, de modo a resolver o problema de forma equilibrada.-----

-----Em relação à zona industrial da Orada disse estarem a analisar a situação.-----

Acrescentou que têm falado com pessoas interessadas em resolver a situação do município e que de forma “equilibrada” iriam tentar trazer novos investimentos para Borba.-----



ml

-----Informou que existiam contactos no sentido de alugar ou vender o pavilhão da zona industrial, propriedade do Município. Acrescentou pretenderem os interessados, caso seja possível implementar a atividade por eles perspetivada, criar, no mínimo, seis postos de trabalho.-----

-----Terminou a sua intervenção, realçando *“Somos ambiciosos, mas temos, acima de tudo, os pés bem assentes na terra”*.-----

-----**O vereador Jerónimo Cavaco** disse que, numa coisa estavam todos de acordo, independentemente da força política que estivesse a gerir a Câmara aquele seria o orçamento apresentado, subscrevendo, por esse facto, as palavras do senhor presidente da Câmara "... este é um orçamento real.".-----

-----Recordou, ao deputado João Pedro, que a dívida de cerca 500.000,00€ (quinhentos mil euros) à ADSE – Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, do ano de mil novecentos e oitenta e seis, também estava naquele orçamento.-----

-----Relativamente às Grandes Opções do Plano disse" ... reflectem, na minha opinião, aquilo que é a ideia, ou é a estratégia, ou é a vontade, dos eleitos que governam, ou que compõem o executivo da Câmara Municipal de Borba e que lideram os destinos da autarquia".-----

-----Adiantou, que aquelas não seriam as Opções do PS, porque faltavam, na sua opinião, três coisas fundamentais, enunciando de seguida:-----

-----1 – Falta de uma linha estratégica, visão estratégica, para o concelho.-----

-----2 - Decisão dos Investimentos. Disse que que eram opções e aquelas tinham sido as decisões do Presidente da Câmara, em relação aos 100.0000 € (cem mil euros) que iam ser gastos na obra, eventualmente muito necessária, seriam o suficiente para pagar um ano de alimentação de todas as crianças do concelho que frequentam o ensino regular.-----

-----3 – Orçamento de difícil execução.-----

-----Disse que o PAEL tinha uma série de regras e procedimentos, um contrato assinado



pela Câmara Municipal de Borba e validado pela Assembleia Municipal, com o visto do Tribunal de Contas, em vigor desde maio do ano dois mil e treze. Acrescentando que, em reuniões de Câmara, foi dito ao executivo, que teria de perceber se existiam caminhos alternativos. Tendo seguidamente dito que, na sua opinião, existiam caminhos alternativos, pois havia municípios que apesar de estarem enquadrados no Programa I do PAEL, não aplicavam a taxa máxima de IMI - Imposto Municipal de Imóveis, e deu como exemplo: Ancião, Fundão e Mourão. Acrescentou, que deixava aquela informação à Assembleia e ao executivo, com a finalidade, dos mesmos, se informarem sobre qual tinha sido a forma utilizada, por aqueles municípios, para contornarem a situação.-----

-----Disse ao senhor presidente da câmara que *"a gestão deve ser extremamente rigorosa, próxima e em conjunto com esta Assembleia e com a oposição"*. Tendo seguidamente dito *"... a oposição, que já lhe demonstrou em reunião de Câmara, que não está para boicotar, está para ajudar, e o facto, que está para ajudar, é que propõe, e mostra, caminhos alternativos."*-----

-----De seguida citou-se a si mesmo, com uma frase, onde diz expressar a postura que, na sua opinião, todos deveriam ter dali para a frente. *" Calma, tranquilidade e serenidade, independentemente das forças políticas, que estão aqui, ou dos pretensos interesses pessoais, que possam estar do outro lado, e demonstrados hoje com vigor aqui, há uma coisa que é mais importante, que é o bem-estar de Borba (...) O meu único interesse é servir Borba"*.

-----Continuando disse ao senhor presidente da Assembleia que, naquele dia, não se tinha sentido bem, naquela casa, porque uma coisa que ele nunca tinha sido na vida era mentiroso.-----

-----Realçou não existir, na sua opinião, uma linha estratégica para o concelho, e que a execução do orçamento exigia muito esforço, muito trabalho, muita dedicação, muito rigor e muita seriedade, e que existiam regras, procedimentos e formalismos, que tinham de ser observados, de modo a no futuro não existirem surpresas desagradáveis.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** agradeceu as palavras do vereador Jerónimo Cavaco, e disse que, do trabalho em conjunto com a oposição, quem saía a ganhar eram os



nd

municípios do concelho de Borba. Recordou que todos, os que ali estavam, tinham um fim comum, defender o bem para Borba.-----

-----Disse, que uma coisa era ter visão estratégica a pensar em coisas que gostaria de ter no concelho de Borba, e outra coisa, era ter uma visão estratégica fundamentada na realidade do concelho.-----

-----Disse ao senhor vereador Jerónimo que a questão da alimentação das crianças estava salvaguardada, assim como a fruta escolar, tal como tinha acontecido no anterior mandato.-----

-----Relativamente ao IMI referiu ter pedido aos técnicos para se informarem, sobre como tinham feito os municípios mencionados pelo vereador Jerónimo Cavaco, para contornar a situação. Recordou ter perguntado a um senhor secretário de estado, do atual governo, que acontecia se, durante cinco anos, não pagasse a totalidade do valor estipulado em contrato, ao PAEL. Tendo, segundo disse, o Sr. Secretário de Estado, respondido para se deixar de política, que tinha sido assinado um documento técnico, e que se não cumprisse o estipulado nesse documento técnico, teria de assumir.-----

-----**O vereador Benjamim Espiguinha** desejou boa noite a todos os presentes, e disse entender que o tempo próprio para as intervenções dos vereadores era nas reuniões de Câmara, onde ele tinha manifestado a sua posição. Explicou que, de acordo com a sua opinião, na Assembleia Municipal, esse tempo devia ser utilizado pelos seus *"companheiros de bancada"*(PSD), nos quais tinha plena confiança.-----

-----Agradeceu ao senhor deputado Augusto Guégués, e disse ser aquela a sua posição de princípio. Reiterou não concordar com aquelas solicitações aos vereadores, para intervirem, quando existia uma bancada eleita.-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** explicou que o que se tinha passado com o PAEL era que *"... as dívidas eram assumidas, a Câmara de Borba devia, (...) e o estado arranjou forma que a Câmara pudesse honrar os seus compromissos, (...) como disse o senhor vereador Jerónimo Cavaco, para todo o bem, na democracia é o governo de Portugal, arranjou forma que a Câmara*



saldasse as suas dívidas (...) e fê-lo com uma taxa de juro que ronda atualmente os 2,64% (dois ponto sessenta e quatro por cento)".-----

-----A seguir disse "... em relação aos 6.000.000,00€ (seis milhões de euros) que a bancada da CDU refere, (...) tenho a dizer (...) que o empréstimo prolongasse ao longo de vinte anos ...".--

-----No âmbito do exposto chamou a atenção para as taxas dos empréstimos que estavam a decorrer, de data anterior ao PAEL, onde existiam taxas atuais, que ultrapassavam os 5,34% (cinco ponto trinta e quatro por cento), e não sendo o prazo de amortização, em alguns casos, menor que o do PAEL.-----

-----**O deputado João Letras** disse que aquele era o mais realista dos orçamentos apresentados nos últimos anos, disse "... muito fruto, de políticas erradas, e desastrosas, que levaram o município a endividar-se de forma insustentável". Acrescentou que, na opinião da bancada do PSD, aquele orçamento só era tão realista, pelo facto de existir essa imposição legal, através da assinatura do PAEL.-----

-----Explicou que o PSD, como partido da oposição responsável, iria abster-se aquando da votação daquele ponto.-----

-----Disse que aquelas Opções do Plano eram as opções do executivo que tinha ganho as eleições, e como tal, deveria ser aquele o orçamento, a seguir no próximo ano (ano dois mil e catorze). Acrescentou que o PSD apresentaria um orçamento e umas grandes Opções do Plano diferentes, de acordo com o que tinha apresentado á população do concelho de Borba no seu programa eleitoral nas últimas eleições autárquicas.-----

-----Realçou, " ... não abdicaremos, nunca, de acompanhar a atividade da Câmara ao longo dos próximos anos, sempre com o máximo de seriedade, honestidade e responsabilidade, no que diz respeito á gestão financeira desta Câmara".-----

-----**O deputado João Pedro** disse, ao senhor deputado Paulo Ferreira, que em relação ao PAEL tinha dito "perto de 5.000.000,00 € (cinco milhões de euros) ".-----Disse, ao senhor vereador Jerónimo Cavaco, que não se tinha esquecido da dívida à ADSE, e que estranhava só ter sido resolvida agora, pois remontava ao ano de mil novecentos e oitenta seis.-----



-----Explicou que o senhor vereador Bento não tinha estado presente na reunião de Câmara de dia vinte nove de Novembro do corrente ano, onde tinha sido debatido o assunto em discussão, mas que a sua intervenção refletia o que tinha sido dito pelo senhor vereador Serra nessa reunião.-----

-----Disse que os 2,64% (dois ponto sessenta e quatro por cento) de juros, que o senhor deputado Paulo Ferreira tinha falado, representavam dois vírgula quatro milhões de euros.---

-----Referiu não poder a CDU chamar ao PAEL um programa de ajuda ou de ajustamento, porque, na opinião da bancada da CDU, não tinha em conta as dificuldades dos municípios do interior.-----

-----Salientou que o PAEL colocava a gestão da Câmara e as populações numa posição muito difícil, pois as populações eram obrigadas a pagar os impostos á taxa máxima.-----

-----Acrescentou que se o PAEL fosse um programa de ajuda, não cortava as transferências para os municípios, os quais precisavam de verbas para satisfazer localmente as necessidades da população.-----

-----**O deputado António Prates** referiu não entender como é que alguns municípios tinham conseguido reduzir a taxa do IMI, tendo em conta o que dizia o artigo número onze, "sanções", do contrato do PAEL. -----

-----De seguida leu um pequeno texto, que se transcreve " *o atual executivo tem apenas dois meses e onze dias de trabalho, que se propôs a fazer durante os quatro anos de mandato, comprometendo-se de forma independente com a população em geral, a desempenhar com seriedade, com empenho e com união, a obra que o povo julgar de forma inteligente daqui a mais ou menos três anos e dez meses. Já que estamos a discutir o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e catorze, o PS de Borba, e aqui estranho, a abstenção do PS de Borba, porque é muito responsável, como exemplo de coragem política, de coragem ética e de coragem social, tem o dever de publicar um pedido de desculpas, com o propósito de se redimir da forma descontrolada como geriu as finanças da Câmara Municipal nos últimos anos. Forçando o Município a aderir ao PAEL I, e condicionando sobremaneira os orçamentos e*



as Grandes Opções do Plano do concelho de Borba, para os próximos anos. Sendo certo, que os condicionalismos, as obrigações e as sanções, deste plano de ajustamento financeiro, neste momento de crise nacional, contribuirão amargamente, para embaraçar ainda mais a vida de todos os munícipes e o desenvolvimento do nosso concelho. É com base na coragem política, na coragem ética e na coragem social, que o PS de Borba tem o dever de fazer um pedido desculpa a este plenário da Assembleia Municipal e a toda a população do concelho de Borba. “-----

-----**O deputado Leonel Infante** desejou boa noite a todos os presentes, e disse que pedia mais atenção aos senhores deputados na leitura do programa do MUB, pois “... *nem na carta de intenções, nem no programa, falamos em impostos*”.-----

-----**O deputado Joaquim Trincheiras** disse “...a Derrama é um imposto! Certo! (...) É que no programa do MUB, está a isenção da Derrama!”.-----

-----Disse, ao senhor deputado António Prates, que o PS conhecia as sanções do PAEL, caso não fossem aplicadas as taxas máximas. Mas que a sua questão estava directamente relacionada com o facto de, se o executivo teria feito “*o trabalho de casa*”, pois segundo a imprensa nacional, municípios em situação idêntica, á do município de Borba, integrados no PAEL I, tinham conseguido reduzir as taxas. E exemplificou: Mourão – 0,3 (zero vírgula três), Ancião - 0,4 (zero vírgula quatro); Fundão - 0,4 (zero vírgula quatro).-----

-----Continuando disse “... *ao que parece é possível estar no programa I e não pagar o máximo*.”-----

-----**O deputado João Letras** disse ao senhor deputado Leonel Infante, que na última Assembleia o que tinha dito era que apesar de terem sido obrigados a aprovar as taxas máximas dos impostos, desejava que no futuro, até ao final do atual mandato, como era intenção expressa no programa eleitoral do MUB, se pudesse aprovar um “*desagravamento*” das taxas e impostos municipais. Reiterou serem as intervenções da bancada do PSD, como sempre, “*no sentido positivo e construtivo*”.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que iria fazer uma breve abordagem política ao



documento. Salientou, que o executivo nunca poderia dizer, que tinha havido pouco tempo para fazer o orçamento e plano, porque em ano de eleições, o orçamento e plano podem ser apresentados até abril e disse "... se não teve tempo, é porque escolheu esta opção".-----

-----Referiu que em termos globais existia falta de visão estratégica, no presente documento. Disse "... na política autárquica é preciso sermos arrojados (...) e às vezes somos acusados injustamente do caminho para onde nos empurram (...) há-de ser o próprio governo a empurrar os municípios para a realização de determinado tipo de investimentos, e, quando chega a uma determinada altura, retira-lhe o tapete".-----

-----Congratulou-se por ser daqueles que sempre atacou os sucessivos governos, independentemente de serem, ou não, da sua cor política.-----

-----Disse que "... podia pegar ... nas várias linhas estratégicas e descascá-las uma a uma (...), mas pego só na primeira ...". Nomeou a *1ª linha Estratégica das Grandes Opções do Plano "Emprego e Desenvolvimento"* e de seguida passou a ler " ... *que assumo como finalidades principais, a implementação de medidas geradoras de emprego, a realização e dinamização de projectos que potenciem o desenvolvimento do concelho, individualmente e através de parcerias, e a concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto*" e acrescentou "... se for cruzar isto com os eixos, e aquilo que se pretende fazer isto cá à frente, eu classificaria este Orçamento, politicamente, como uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma (...), mas volto a dizer, que respeito, ... é a visão estratégica do atual executivo ...", tendo seguidamente realçado, que o PS estaria ali, para verificar o resultado.-----

-----Disse "... O que se pretende ... com este município ou com qualquer um, e eu já digo isto há anos, (...) o objectivo (...) é acabar com os municípios. A estratégia dos sucessivos governos tem sido asfixiar financeiramente os municípios e o melhor exemplo (...) é efectivamente o PAEL. (...) ".-----

-----Realçou a forma como sempre tinha defendido o município de Borba, aquando das várias reuniões tidas com os membros do governo.-----



-----Relativamente ao PAEL disse" (...) o PAEL aparece com regras impostas pelo governo, (...) se formos analisar as dívidas do município de Borba, chegamos à conclusão que vêm (...) do tal embalar dos senhores secretários de Estado, que hoje dizem que os municípios são uns endividados, (...) os municípios são uma gota de água no oceano, (...) a dívida pública é fundamentalmente do governo (...). Os municípios contraíram dívidas, exactamente porque foram empurrados para cumprir metas do QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional ... e QCAIII - Quadro Comunitário de Apoio III (...)."

-----Disse que a redução dos impostos poderia ter sido feita, pois o que era necessário era ter-se habilidade, para o fazer. Acrescentando seguidamente, existir dentro da Câmara de Borba pessoal com essa habilidade.

-----Frisou, que não era aquele o único orçamento real, já há alguns anos que o orçamento era real, só não era mais real porque o PAEL levou tempo a ser aprovado. Disse "Jamais, enquanto bancada do Partido Socialista, fará ... os tais comunicados. (...) Não vamos entrar por aí, (...) tínhamos de discutir muitas coisas que (...) não foram escritas, mas foram ditas, (...) à população de Borba quando da campanha eleitoral."

-----**O deputado António Prates** disse que, na sua opinião, para se criar emprego era essencial existirem parcerias público-privadas. O que com a atual conjuntura, ainda mais necessário seria, mas, referindo, a alínea c), número 1, do artigo 10.º do PAEL, "... *não promover quaisquer novas parcerias público-privadas*", disse que esse seria mais um entrave, com que o atual executivo se iria deparar, ao tentar resolver os problemas de emprego no concelho de Borba.

-----**O presidente da Câmara Municipal** informou, estar a negociar com os bancos, as taxas de juros dos empréstimos, de forma a conseguir taxas mais reduzidas e que iria junto do senhor presidente da ADSE tentar renegociar o prazo de pagamento da dívida, existente, para com essa entidade.

-----Salientou ser seu objetivo, lutar pelos interesses e desenvolvimento do concelho de Borba.



ml

-----**O presidente da Assembleia Municipal** fez referência ao ponto em discussão e não havendo mais inscrições, colocou os documentos à votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com **dez votos a favor** (dos eleitos do MUB), e **nove abstenções** (cinco dos eleitos do PS, duas dos eleitos do PSD e duas dos eleitos da CDU).-----

-----Disse que iriam passar por todos os deputados da Assembleia Municipal os termos de aprovação final do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e catorze, de modo a serem rubricados, e, posteriormente, a mesa da Assembleia Municipal pudesse proceder à sua assinatura.-----

-----**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** **Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2014**-----

-----**O deputado João Pedro** disse esperar que o mapa de pessoal apresentado tivesse em conta "*as reais necessidades da Câmara*", de forma a evitar situações desagradáveis, como as que ocorreram no passado, em que as pessoas concorreram para lugares em que não existiam vagas no quadro de pessoal, tendo por esse facto algumas delas não tomado posse e outras tido dificuldade em fazê-lo.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** salientou que este ponto era tão importante como o anterior e disse "... é pena que (...) ninguém diga que (...) os governos castram (...) as autarquias, também a este nível. Quem ler a legislação (...) apercebesse de que o pessoal está a ser altamente controlado (...) pelo Governo central. E às vezes é lamentável, até por razões variadas, e quem está no executivo sabe do que (...) estou a falar, (...) muitas vezes temos um quadro cheio, mas outra vez quando esprememos o sumo, as coisas não correspondem bem à verdade, (...) é pena que (...) os governos (...) digam que a lei é igual para os trezentos e oito municípios, (...) e nunca podemos esquecer que muitos dos municípios (...) ao longo dos anos tiveram uma vertente social muito importante".-----

-----**O deputado João Letras** disse que, na sua opinião, " (...) a nível (...) de todos os governos (...) deveria (...) haver algum cuidado e alguma limitação no que diz respeito à contratação de pessoas, nomeadamente aquelas pessoas (...) que vulgarmente



designamos de "boys" ou pessoas ligadas aos partidos". Referiu, que muito daquele pessoal é que tinha "enchido", Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, e empresas, que trabalham para as Câmaras Municipais, não só em Borba, mas também por esse país fora.-

-----Disse "... creio que essa questão social, que o deputado Ângelo Sá falava, deveria ser mais justa e (...) equilibrada, e não colocar apenas pessoas nesses postos de trabalho ligadas a partidos políticos". Realçou, referir-se a todas as forças políticas.-----

-----Salientou que ao se assumir o papel de executivo de uma Câmara Municipal se deveria ser o mais imparcial e isento possível.-----

-----Referiu " (...) os valores do vinte e cinco de Abril são isso mesmo, todos têm os mesmos direitos, independentemente, da religião, da cor política, de tudo (...) ".-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** referiu que o senhor deputado João Letras não tinha interpretado devidamente a sua intervenção. Pois, quando se referiu as questões sociais, disse "... teve que ver com o tipo de gente que ao longo dos anos foi entrando, (...) que se tem arrastado no tempo, porque os governos os têm obrigado (...) e não os reformam. Quanto mais aumentarem a idade da reforma, sobretudo ao nível da administração pública, menos gente vão ter e mais encargos nós municípios, vamos ter. ". Realçou que, o que quis dizer " ... foi que os municípios têm grandes encargos (...) e têm poucas pessoas".-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** referiu que o quadro de pessoal tinha que ser adequado à dimensão da instituição Câmara.-----

-----De seguida disse, que a gestão da redução de pessoal que o Governo central pretendia fosse feita a nível do poder local era muito complicada, pois, na sua opinião, todos os trabalhadores que a Câmara Municipal tinha faziam falta.-----

-----Referiu que os processos de reforma dos trabalhadores das autarquias locais deveriam ser agilizados de modo a que as Câmaras Municipais continuassem a ter uma função social, como geradoras de emprego, valorizando os trabalhadores e dando-lhes nomeadamente formação. Tendo realçado, " (...) *mas, empregos que sirvam.*". Seguidamente salientou ser o quadro de pessoal, ali apresentado, o mapa correto para o



nl

município de Borba.-----

-----**O deputado João Pedro** referiu que um bom mapa de pessoal deveria ter em conta as reais necessidades da Câmara, e não as limitações.-----

-----Disse que o que se verificava, a nível do país, relativamente aos quadros de pessoal dos diferentes municípios, era que as Câmaras Municipais têm cada vez menos quadros qualificados e têm cada vez mais gente ocupada. Salientou, estar a falar de serviço público para as populações e que, esse tipo de serviço, só se faz com pessoal qualificado.-----

-----**O deputado João Letras** disse que era a favor de um quadro de pessoal adequado á realidade do município, tendo o mapa em discussão, aquela qualidade.-----

-----Continuando disse que o Governo através do IEF - Instituto do Emprego e Formação Profissional, com a promoção da medida estágios, à qual os Municípios e as Juntas de Freguesia se podiam candidatar, estava a contribuir para colmatar a falta de pessoal qualificado a nível dos municípios, pois essas pessoas, ao mesmo tempo, que estavam a prestar um serviço público, eram uma mais-valia para a instituição que as recebia.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que o atual Governo estava a promover a "*precaridade de emprego*", sendo o que o senhor deputado João Letras tinha referido na sua intervenção, um exemplo disso. Disse "*... isto que se está a fazer neste momento é uma vergonha*".-----

-----Seguidamente salientou, que muitos dos municípios eram obrigados a recorrer a empresas de trabalho temporário. Realçou, "*... que é outra vergonha ainda maior*".-----

-----**O deputado João Letras** referiu ter constatado, que nas últimas obras municipais realizadas em Borba, obras sem ser por administração direta, os trabalhadores, disse "*(...) eram pessoas estrangeiras*".-----

-----**A deputada Françoise Emery** desejou boa noite aos presentes, e disse ter visto muitos trabalhadores com sotaque da zona norte do país, tendo acrescentado que não lhe pareciam estrangeiros.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse que a discussão de política a nível nacional era muito importante, mas que os presentes tinham sido eleitos para discutir política a nível



local.-----
-----Informou que iria agendar duas Assembleias temáticas para o ano de dois mil e catorze, uma das quais seria para discutir política nacional. -----
-----De seguida colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com **doze votos a favor** (dez eleitos do MUB e dois eleitos do PSD), e **sete abstenções** (cinco eleitos do PS e duas eleitos da CDU).-----

-----**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Proposta da Autorização de Contratação de Empréstimo Bancário de Curto Prazo para o ano de 2014.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse ser hábito, ir aquele pedido de autorização à Assembleia Municipal. Tendo acrescentado, que seria bom, a não utilização do mesmo, pois esse empréstimo destinava-se a algum imprevisto que pudesse vir a acontecer. -----

-----**O deputado Paulo Ferreira** disse que podia deduzir da informação distribuída, que se o empréstimo não fosse utilizado, não seria necessário pagar qualquer valor ao banco.-----

-----**O deputado Augusto Guégués** disse que o PS nada tinha a obstar àquele empréstimo, pois tratava-se de uma questão de tesouraria.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**. -----

-----**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Pedido de autorização à Assembleia Municipal para a delegação na Câmara Municipal das competências previstas na alínea i) do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** leu o que dizia a alínea K) do art.º 25 da lei 75/2012, de 12 setembro e colocou o documento à discussão.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse que a Câmara Municipal pedia autorização à Assembleia Municipal para a celebração de contratos e de acordos de execução, entre a



in

Câmara e as Juntas de Freguesia. -----

-----**O deputado Ângelo de Sá** referiu, ir a sua intervenção de encontro ao que o senhor presidente da Câmara tinha explicado. Porque, o ponto da ordem de trabalhos não estava explícito, a Assembleia Municipal não delega competências na Câmara Municipal. O que estava ali para aprovação era um pedido de autorização da Câmara Municipal, para negociar com as Juntas de Freguesia e com a Comunidade Intermunicipal.-----

-----Acrescentou ser necessário alterar a minuta da Câmara e o ponto da ordem de trabalhos. -----

-----**O vereador Jerónimo Cavaco** informou que, apesar do ponto não ter sido alterado, em reunião de Câmara já tinham detetado estar o pedido mal formulado. Explicou que a minuta da reunião de Câmara, à semelhança deste ponto da ordem de trabalhos, tinha de ser alterada, porque de acordo com a alínea K) do art.º25, da lei 75/2013, de 12 setembro, a Assembleia Municipal só tinha competência para autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos e acordos de execução com as Juntas de Freguesia.-----

-----Reiterou ter o ponto (três ponto cinco) da ordem de trabalhos de ser alterado, pois caso contrário estar-se-ia a cometer uma ilegalidade.-----

-----**O deputado João Pedro** reforçou a explicação dada pelo deputado Ângelo Sá e pelo vereador Jerónimo Cavaco, e perguntou se poderiam ter, no imediato, acesso à proposta na qual constavam as áreas em que iriam ser feitos os acordos?-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse ao deputado João Pedro, que as Juntas de Freguesia não recebiam qualquer valor desde o mês de outubro. Assim, o pretendido pelo executivo era agilizar os ditos protocolos de descentralização, de modo, a que, o mais tardar em Janeiro, as Juntas de freguesia recebam os montantes a que têm direito.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** informou o plenário de que na última Assembleia tinha havido um erro relativamente ao método de Hondt, e perguntou se a minuta já teria sido alterada, como falado.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** respondeu ao deputado Ângelo de Sá que a



minuta já tinha sido alterada, e, seguidamente perguntou ao plenário se a autorização deveria ser votada no imediato.-----

-----**O vereador Jerónimo Cavaco** sugeriu ao senhor presidente da Assembleia Municipal, que propusesse ao plenário, a alteração da redação do ponto três ponto cinco e posteriormente colocasse o texto, devidamente alterado a votação.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse aceitar a sugestão do senhor vereador Jerónimo Cavaco e ir devolver a decisão ao plenário.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse concordar com a sugestão antes apresentada e apelou a que se chegasse a um consenso, quanto à aprovação da autorização, até porque as Juntas de Freguesia necessitavam de dinheiro.-----

Salientou que a alteração da redação daquele ponto teria de ser posteriormente feita em reunião de Câmara-----

-----**O deputado Paulo Ferreira** pediu que lhe fosse dito qual era a redação final daquele ponto.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** propôs ao plenário que o ponto da ordem de trabalho fosse alterado, e que a redação do mesmo, passasse a ser a seguinte: "***Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para celebração de contratos e de acordos de execução entre a Câmara e as Juntas de Freguesia***".-----

-----Após concordância por parte do plenário à alteração em epígrafe, o senhor presidente da Assembleia colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**.-----

-----**PONTO TRÊS PONTO SEIS:** Pedido de autorização à Assembleia Municipal para "Aluguer de um Equipamento Multifunções a Cores por quarenta e cinco meses".-----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento á discussão. -----

-----**O deputado Ângelo de Sá** explicou que aquele ponto só tinha vindo à Assembleia, porque o contrato tinha uma duração superior a um ano. Referindo, não estar, na sua opinião, a legislação bem elaborada, no que concerne à situação em discussão. -----



nl

-----**O deputado Augusto Guégús** perguntou se aquele pedido de autorização era para um equipamento já existente, ou se era para a aquisição de um novo equipamento.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse que depois de ter analisado a situação com o serviço informático, e com o chefe de divisão, tinha concluído que era necessário um outro equipamento (multifunções a cores), e que aquela proposta tinha sido a que mais garantias tinha apresentado, tanto em termos de qualidade, como em termos de poupança.-----

-----**O Chefe de Divisão** explicou "... a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, obriga a que quando há um compromisso plurianual, que ele seja previamente autorizado pela Assembleia Municipal. A alternativa (...) é inscrever essa rubrica (...) nas grandes opções do plano, (...) ou no plano plurianual de investimentos. Neste caso concreto, trata-se de equipamentos que o município já tinha (...) em *rating*, (...) termina o *rating* no dia um de janeiro do ano dois mil e catorze, é necessário continuar a ter equipamentos desta natureza, mas o procedimento só pode ser adjudicado após autorização prévia da Assembleia Municipal, como não está inscrito nas grandes opções do plano, há que efectuar o pedido prévio à Assembleia Municipal, (...) serão novos equipamentos, (...) não do município, mas apenas na locação".-----

----**O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**.-----

-----**PONTO TRÊS PONTO SETE: Apreciação das Atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira**-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** referiu ir falar sobre uma situação que preocupava o executivo, a situação da EDC- Empresa Gestora das Áreas de Deposição Comum dos Mármore, S.A.. A qual, teoricamente, já deveria ter o assunto resolvido, e não tinha. Assim, passou a informar, ter tido uma reunião com a administração da empresa EDC – mármore, S.A., e com a Assimagra, na qual, além das empresas referidas, participaram os municípios de Alandroal, Borba, Estremoz e Vila Viçosa, na qualidade de accionistas. Na qual tinha sido discutido o futuro da empresa, nomeadamente a possibilidade da mesma ser adquirida por investidores de origem chinesa. Acrescentou que, em consequência de a empresa ter um passivo de cerca de um milhão e quatrocentos mil euros, se o negócio se concretizasse



seria bom para a empresa e para os accionistas, nomeadamente para o município de Borba.-----

-----Informou que, com a finalidade de conseguir obter informação, para mais tarde utilizar em prol do desenvolvimento do concelho de Borba, ter tido reuniões com alguns empresários, com a ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A., e com o NERE-Núcleo Empresarial da Região de Évora.-----

-----Disse que no início de dois mil e catorze, iria contactar todas as associações do concelho, com o objectivo de tentar perceber a situação de cada uma delas, e ver o que seria possível fazer, para dar melhores condições às mesmas. No seguimento fez referência ao estado em que se encontra o telhado do SPORT CLUB BORBENSE, bem como a uma possível sede para o “Barbus” e “Râguebi”.-----

-----Salientou ter participado em duas reuniões na cidade de Elvas, sobre o funcionamento do Hospital de Santa Luzia, das quais resultou, terem os utentes do Serviço Nacional de Saúde, pertencentes ao concelho de Borba e concelhos limítrofes, a possibilidade de continuar a utilizar os serviços desse hospital.-----

-----**O vereador Joaquim Espanhol** desejou boa noite a todos os presentes, e disse, no que respeita às **Obras Municipais por Administração Direta**, foram feitas várias intervenções, enunciando seguidamente algumas: -----

Centro Cultural – conclusão dos rebocos, substituição tábuas do soalho, limpeza do edifício, conclusão da pintura exterior e pintura das divisórias interiores.-----

-----**Celeiro da Cultura** – pintura das instalações, impermeabilização da varanda e caleiras do telhado. Preparação de presépio.-----

-----**Esgotos Pluviais** – reparação dos estragos causados no largo da Câmara, colocação de um *bypass* da caixa de águas pluviais para a galeria.-----

-----**Pavilhão Desportivo Municipal** - reparação de roturas em canalização do edifício e verificação de infiltrações na cobertura.-----

-----**Esgotos Domésticos do Barro Branco** – execução de caixa domiciliária, conclusão de



nil

esgoto do ramal e colocação de troço pluvial na estrada Montes Claros / Barro Branco.-----

-----**Festa da Vinha e do Vinho** – fornecimento de energia, iluminação de parte da área exterior do recinto, transporte de elementos decorativos, montagem e desmontagem de toda a estrutura exterior da Festa.-----

-----**Torre do Relógio** – picagem, execução de reboco e pintura da parede; -----

-----**Loteamento do Picadeiro** - calcetamento com argamassa de cimento na zona norte do mesmo;-----

-----**Freguesia de Rio de Moinhos** - reparação de telhado, em imóvel propriedade do município de Borba;-----

-----**Rede pública de águas** - reparação de pavimentos com argamassa betuminosa em zonas de rotura;-----

-----**Estradas e caminhos** – pavimentação, reparação de troço no caminho da "Fonte de Telheiro", regularização de caminho de acesso ao "Outeiro dos Pinheiros";-----

-----**Sinalização vertical** - melhoramento da fixação na "Avenida do Povo"- Rua Humberto Silveira Fernandes;-----

-----**Centro Luís da Silva** - mobilização de meios, para a inauguração do mesmo, com a colocação / remoção de cadeiras, e elementos decorativos;-----

-----**Pavilhão de Eventos** – preparação e colocação de elementos decorativos e de sonorização para o evento "É NATAL EM BORBA".-----

-----**O deputado João Pedro** relativamente à obra da Torre do Relógio perguntou ao senhor vereador Joaquim Espanhol, " (...) *o que é que se passa efectivamente? Quais (...) é que são os problemas? Porque dá ideia que há ali problemas, e (...) algumas dificuldades em concluir a obra.* "-----

-----**O vereador Joaquim Espanhol** disse que não tinha estado presente na última reunião indo, por esse facto, passar a palavra ao senhor presidente da Câmara.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse que tinha havido prorrogação de prazos para o término da obra, sem quaisquer encargos para a Câmara. Informou terem os funcionários



da Câmara utilizado andaimes, pertencentes à empresa responsável pela obra, para rebocar e pintar a torre. Pois, a Câmara Municipal de Borba não reunia, naquele momento, condições para suportar os valores pedidos pela empresa para executar esse trabalho. -----

-----Acrescentou que o espaço iria ser calçetado, e ser feito um “pano de tijolo”, para que não fosse visível, os imóveis em ruínas, situados na parte de trás das muralhas. Referiu ter solicitado à arquiteta responsável pelo projecto da torre do relógio, que executasse o projeto de uma casa de banho pública, a implantar naquele espaço. Referiu haver a proposta dessa casa de banho pública, funcionar diariamente das oito às vinte horas, com a finalidade de “ (...) valorizar o castelo”.-----

-----Em relação ao Cineteatro informou que continuava sem ter a perceção completa da obra, mas tinha conhecimento, de que a central de alarmes ainda não funcionava, desconhecendo de quem era a responsabilidade dessa situação.-----

-----**O deputado Joaquim Trincheiras** disse que a sua intervenção, estava relacionada com a questão da limpeza da via pública. Em relação ao desejo expresso pelo senhor presidente da Câmara nas Grandes Opções do Plano, que citou “*ambicionamos um concelho que seja reconhecido pelos munícipes como um concelho de qualidade*”, disse ser essa vontade transversal e acrescentou “ (...) *que seja um concelho de qualidade e que seja reconhecido como tal.* ”.-----

-----De seguida enunciou uma situação, em que um maloque não tinha sido limpo no último dia útil da semana, dando origem a que o lixo durante o fim-de-semana fosse colocado no chão, junto ao mesmo. Situação que, segundo referiu, causa mau aspeto e odores indesejáveis, para quem habita próximo e / ou passa junto ao local.-----

-----A sua proposta ia no sentido da recolha de resíduos ser revista, tendo no seguimento avançado com a sugestão de a recolha dos resíduos se efectuar ao fim-de-semana, ou de nas sextas-feiras limparem todos os malouques, para que situações como a descrita não voltassem a ocorrer.-----

-----Uma outra questão, que gostaria de ver esclarecida, era qual o ponto de situação da



ml

obra do Centro Escolar, nomeadamente quais os esforços que a Câmara Municipal tinha efectuado em relação àquele assunto.-----

-----**O deputado João Morgado** agradeceu à Câmara Municipal de Borba, na pessoa do senhor presidente da Câmara, o "Natal do Idoso", que proporcionou aos Idosos da freguesia de Orada.-----

-----Informou ter integrado na Junta de Freguesia de Orada duas pessoas, através do POC – Quadro Comunitário de Apoio III – Programas Operacionais, e disse que pelo facto da Junta de Freguesia não ter verba disponível, o presidente da Junta de Freguesia e o tesoureiro canalizam o subsídio a que têm direito, pelo exercício das suas funções, para o pagamento da comparticipação do POC.-----

-----Salientou, que os preços dos lotes da Zona Industrial da Orada deveriam ser revistos.----

-----Disse ao senhor presidente da Câmara, que um dos problemas que atormenta a população da Orada são os ciganos. Os quais, segundo disse, "(...) *roubam muita coisa*".-----

-----Realçou que uma situação complicada, com a qual se debatia, era a questão do cemitério da Orada, que se encontrava alagado em água e não tinha electricidade. Assim, como forma de evitar que as sepulturas se enchessem de água, sugeriu que fossem construídas umas valas de drenagem. Em relação à electricidade disse que, na sua opinião, era fácil, pois o campo de futebol encontrava-se electrificado e ficava relativamente próximo do cemitério.-----

-----Disse que, na sua opinião, no concelho de Borba, ao longo dos anos, as aldeias rurais têm ficado esquecidas.-----

-----Concluiu a sua intervenção, dizendo "... *quando o homem tem vontade, muita coisa se faz*", e salientando estar à disposição do executivo para ajudar as pessoas da freguesia de Orada.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** disse que era de louvar a atitude do senhor deputado João Morgado, ao abdicar do seu vencimento em proveito da sua freguesia.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que a sua preocupação estava relacionada com o



aumento das pessoas de etnia cigana em Borba.-----

-----Referiu que normalmente as pessoas em epígrafe aproveitavam a transição dos mandatos, para procederem á sua instalação. Saliu que até outubro as coisas estavam controladas em termos de efetivos, mas segundo informações prestadas, tinha havido um aumento brutal dos membros dessa etnia. Tendo mesmo, de acordo com informações prestadas, aqueles já construído barracas num terreno contínuo ao acampamento, que era propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Borba.-----

-----Disse deixar o seu alerta para uma situação que, segundo referiu, caso não fosse controlada, se poderia tornar bastante grave.-----

-----**O deputado Crispim Lopes** referiu que a situação exposta, a nível da freguesia Matriz, estava controlada, pois não passavam certificados de residência a ninguém que não constasse na listagem deixada pelo anterior executivo.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse ao senhor deputado Trincheiras que tinha saído muita gente da limpeza urbana, uns que estavam integrados através do POC e outros através do Rendimento Social de Inserção. Mas, que a partir de janeiro, estava confiante, tudo se resolveria. Informou ir ser a limpeza dos ecopontos reforçada, para que situações como a descrita não se repetissem.-----

-----Relativamente ao Centro Escolar disse que o mesmo estava pronto. Iriam nos próximos dias fazer a verificação da instalação elétrica e do gás. Tendo referido já ter havido uma pequena formação para o pessoal aprender a funcionar com os equipamentos instalados.---

-----Disse esperar que até final de janeiro, o Centro Escolar estivesse a funcionar com todos os alunos.-----

-----Disse ao senhor deputado João Morgado, que existiam muitas situações para resolver, e com o tempo iriam ser resolvidas. O importante era a sensibilidade existente para a resolução das mesmas. Com a colaboração mútua, estava certo, conseguiriam dar resposta a muitas das situações referenciadas como difíceis.-----

-----Disse que iriam rever o preço dos lotes, não só na Orada, como em Rio de Moinhos e



nl

Borba, tendo presente as normas impostas pelo PAEL.-----

-----Relativamente á questão do cemitério disse estar a situação sinalizada, para ser resolvida, tanto a nível das valas de drenagem como de instalação elétrica.-----

-----Quanto às pessoas de etnia cigana disse existir um recenseamento devendo, por esse facto, só ser passado atestado de residênciã àqueles cujo nome conste desse documento.---

-----**O deputado Júlio Prates** referiu a comercialização de produtos feita por pessoas de origem marroquina na cidade de Borba. Perguntou se aquelas pessoas estavam legalizadas, se seriam detentores de um cartão de vendedor ambulante. Pois, na sua opinião, estavam a prejudicar o pequeno comércio local.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** disse que iria solicitar às entidades competentes para verificarem se as pessoas referidas, pelo deputado Júlio Prates, cumpriam os requisitos legais para o exercício da actividade de comércio ambulante.-----

Relativamente á situação financeira pediu ao senhor presidente da Assembleia, que permitisse a intervenção do senhor Chefe de Divisão. -----

-----**O Chefe de Divisão** disse que os dados do relatório financeiro eram dados provisórios, que reportavam a dezassete de Dezembro do corrente ano. Os dados definitivos só após o encerramento das contas, a partir de trinta de Dezembro. Referiu que, na data acima mencionada, as receitas andavam na ordem dos 85% (oitenta e cinco por cento), e as despesas na ordem dos 80% (oitenta por cento). Disse que as rubricas que mais tinham penalizado as execuções, eram rubricas relacionadas com perspectivas assumidas aquando da elaboração do orçamento e que não se vieram a verificar. Tendo seguidamente acrescentando não serem montantes de grande significado.-----

-----No que respeita a dívidas a fornecedores, o município tinha até ao dia da elaboração daquele relatório, dividas no montante de sensivelmente 1.800.000,00€ (um milhão e oitocentos mil euros). Em empréstimos bancários tinha cerca de 9.800.000,00€ (nove milhões e oitocentos mil euros). Relativamente ao endividamento disse que, em termos de endividamento líquido o município encontrava-se em incumprimento no valor de



sensivelmente 367.000,00€ (trezentos e sessenta e sete mil euros). Tendo esclarecido que aquele incumprimento se encontrava previsto no PAF – Plano de Ajustamento Financeiro, valor que era inclusivamente superior ao mencionado. Relativamente ao endividamento de médio e longo prazo, disse que o Município estava em incumprimento desde o segundo trimestre de dois mil e treze, em consequência da contratualização do PAEL. Relativamente ao endividamento municipal de curto prazo, disse não existir qualquer valor a mencionar, pois só tinha sido utilizado o montante de 100.000,00€ (cem mil euros), o qual tinha sido encerrado no passado mês de novembro.-----

-----Relativamente ao PAEL disse que com exceção das Grandes Opções do Plano, nada mais havia a acrescentar. Explicou que o Município, já tinha recebido as três *tranches* do empréstimo e abatido a totalidade do mesmo. Tendo acrescentado terem recebido recentemente a informação do aval dos documentos enviados para apreciação. -----

-----No que respeita à monitorização do PAEL disse ter sido acrescentado um parecer do ROC – Revisor Oficial de Contas, no qual era explicado, que a partir do encerramento das contas, referentes ao ano de dois mil e treze, se poderia proceder à monitorização do PAEL, como solicitado pela DGAL.-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** perguntou qual era, naquele momento, a dívida total do Município de Borba.-----

-----**O Chefe de Divisão** disse que a dívida, a dezassete de Dezembro, era de aproximadamente 12.000.000,00€ (doze milhões de euros).-----

-----**O deputado Ângelo de Sá** realçou a importância daquele valor ser conhecido, pois dizia-se ser o valor da dívida de 20.000.000,00€ (vinte milhões de euros).-----

-----**O deputado Quintino Cordeiro** questionou se os 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros) do PAEL estavam ali englobados.-----

-----**O Chefe de Divisão** disse estarem os valores do PAEL englobados naquele montante. Acrescentou que o PAEL, naquela data, não tinha crescido despesa ao município à exceção da despesa dos juros. Explicou que o PAEL tinha era aumentado o montante dos



nl

empréstimos e diminuído a dívida a fornecedores, mas que ao longo de vinte anos, período de duração do empréstimo, haveria um encargo relacionado com os juros financeiros do empréstimo.-----

-----**O deputado João Pedro** disse que a CDU sempre tinha referido ter a dívida do município um valor mais elevado, que o valor exposto, e que numa próxima Assembleia, decerto o demonstrariam.-----

-----De seguida questionou, o que teria estado, na transição do ano de dois mil e doze para o primeiro trimestre do ano de dois mil e treze, na origem do decréscimo em cerca de 2.600.000,00€ (dois milhões e seiscentos mil euros) do endividamento líquido do município.-

-----**O Chefe de Divisão** disse que aquele ponto de endividamento era meramente fictício, e passou a explicar a situação: " (...) estamos a assumir na data em que o endividamento é calculado, que existe uma dívida para com o município, mas não se assume outra despesa que possa vir a ocorrer." Saliu não ter havido aquele decréscimo, o que tinham era utilizado variáveis de cálculo diferentes.-----

-----**O deputado João Pedro** disse que da explicação apresentada depreendia, que os valores mais próximos da realidade eram os valores dos cálculos referentes a dezassete de Dezembro do ano dois mil e treze.-----

-----**O Chefe de Divisão** disse que podiam assumir, que entre dois mil e doze e dois mil e treze, tinha havido uma redução de endividamento líquido na ordem de 1.000.000,00€ (um milhão de euros).-----

-----**O deputado João Letras** pediu ao senhor presidente permissão, para que naquela sua intervenção fosse feito um "desabafo".-----

-----" *O resultado eleitoral de vinte e nove de setembro, em Borba, refletiu o inequívoco desejo de mudança por parte do povo desta cidade, dando ao atual executivo uma responsabilidade acrescida, sendo que o êxito no cumprimento das suas funções será o êxito de Borba no seu todo! É por isso, que este resultado de indiscutível impacto político local, e até mesmo nacional, constitui simultaneamente um inequívoco quadro de afirmação do povo de Borba, o*



importante contributo para a renovação do debilitado regime político em que vivemos. Em face desta realidade, não pode depois, haver qualquer espécie de dúvidas, de que existem condições para se dar início a um novo ciclo político. Por isso, a obrigação do novo presidente da Câmara Municipal é perceber a mensagem da população e liderar uma mudança efetiva em termos de conteúdos programáticos e em termos da própria forma de fazer e de estar na política. Para tal, é necessário fazer uma reflexão sobre o que foi feito, de bom, e menos bom, e é esta a altura exata para essa reflexão. O ano de dois mil e treze está a terminar, e depois de este período inicial de adaptação, V.Exa., senhor presidente, terá de arregaçar as mangas, e fazer o que tem que ser feito, numa lógica de longo prazo, e nunca de mera fuga para a frente. Sei que está ciente das dificuldades extremas que irá enfrentar neste mandato, já que herdou uma situação desastrosa criada por outros, precisamente o que neste momento acontece no nosso país. Como disse um dia uma grande mulher que já não está entre nós “ o socialismo só dura até terminar o dinheiro dos outros”, e acrescento eu, o dinheiro de todos nós contribuintes. Tendo por base esta citação, é por isso que defendo a competência e o respeito pelos dinheiros públicos, impondo rigor, profissionalismo e seriedade na sua gestão, ou seja, a verdadeira causa pública ao serviço de todos os munícipes borbenses. Por uma sociedade mais justa e igualitária com oportunidades para todos, independentemente da sua cor partidária ou política, ao invés do que até aqui acontecia, em que apenas alguns, os do regime, tinham direito a emprego. Acredito na independência ideológica, relativamente aos partidos políticos, acho que é aí que reside o equilíbrio e o bom senso, por seu lado, também acho que os partidos são essenciais, para o aprofundamento democrático e para um verdadeiro estado de direito, já não acredito é naqueles que saltitam entre partidos, apenas porque lhe dá jeito ou porque está na moda. Temos exemplos desses aqui bem próximos de nós. Senhor presidente é com este sentido democrático que estarei aqui, nesta bancada, na oposição nos próximos quatro anos. Defendendo acima de tudo, os interesses do município. Um desabafo de alguém que milita num partido desde os dezasseis anos de idade, não por imposição de outros, ou das circunstâncias, mas sim por convicção própria, tendo sido das opções mais livres que tomei



até hoje na minha vida. Desejo vivamente, que dois mil e catorze marque o início desta mudança, sobretudo de mentalidades. Um feliz, dois mil e catorze para todos. -----

-----Obrigado". -----

-----**O deputado Ângelo de Sá** disse que o partido socialista queria ter acesso àquele documento, logo devia ficar apenso á ata.-----

-----**O presidente da Câmara Municipal** desejou um feliz ano de dois mil e catorze a todos os presentes e familiares, e realçou que a função da Câmara era servir os interesses de Borba e do seu concelho.-----

-----**O presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam ser lidas, em voz alta, as seis minutas da ordem de trabalhos.-----

-----As minutas foram aprovadas por unanimidade.-----

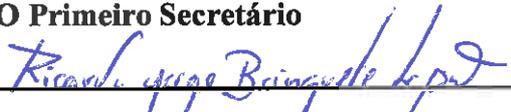
-----**O presidente da Assembleia Municipal** Desejou um bom ano de dois mil e catorze a todos os presentes.-----

-----Por não haver mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.-----

O Presidente da Assembleia Municipal


Luiz Manuel dos Santos Bimbo

O Primeiro Secretário


Ricardo Jorge Brinquete Lapão

O Segundo Secretário


Célia Maria Matos Alpalhão

